
Entre direita e esquerda: definições político-ideológicas e suas representações nos meios de comunicação¹

Vinicius Suzigan Ferraz²

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

RESUMO

A partir da observação empírica de uma crescente polarização político-ideológica na sociedade brasileira entre os que, numa escala político-ideológica, se assumem ser de direita e os que se auto intitulam de esquerda, este artigo tem como objetivo tentar definir o que são esses espectros ideológicos, como essas terminologias foram cunhadas, quais os significados delas em tempos recentes e entender como produtos culturais, neste caso os meios de comunicação, ajudam na difusão desses olhares de mundo. Isso só será possível ao entendermos qual é o papel do discurso e como eles sedimentam caminhos para as representações ideológicas em objetos comunicacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Direita e esquerda. Ideologia política. Discurso. Meios de comunicação.

Introdução

A sociedade brasileira passa por um momento de profunda polarização política-ideológica, escondida sobre os estereótipos da métrica entre direita e esquerda. O que deveria servir para fomentar a discussão de ideias, o pluralismo intelectual e o crescimento do debate político inteligente vem se transformando numa divisão da sociedade em, como o próprio nome diz, polos antagônicos de pensamento que se combatem produzindo e reproduzindo ideias superficiais, onde a intolerância se esconde na defesa do contraditório e, segundo Norberto Bobbio (1995, p. 33), “não há nada mais ideológico do que a afirmação de que as ideologias estão em crise”. E esse tipo de pensamento diádico não é novo.

A contraposição entre direita e esquerda representa um típico modo de pensar binário, por diádes e esse tipo de modo de pensamento é encontrado em muitos campos do saber. Segundo Bobbio:

¹ Trabalho apresentado na DT 8 – Jornalismo (MUDAR para a DT/IJ que irá enviar) do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

² Mestrando em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: vncsferraz@gmail.com

Não há disciplina que não seja dominada por um tipo qualquer de díade onicompreensiva: em sociologia, sociedade-comunidade; em economia, mercado-plano; em direito, privado-público, em estética, clássico-romântico, em filosofia, transcendência-imanência. Na esfera política, direita-esquerda não é a única, mas pode ser encontrada onde quer que se queira" (BOBBIO, Norberto, 1995, p. 32).

No Brasil, a ideia de pensamento antagônico e polarizado não vem de hoje. Em vários momentos da história do país houve essa dilaceração e intimidação do pensamento do outro. Nessa concepção histórica, somente para citar dois exemplos: a direita, vinculada à ditadura e envergonhada após reabertura democrática; os vínculos de corrupção recentemente impugnados a vários membros do PT, partido que ocupou o poder executivo por 15 anos ininterruptos e surgiu com diretrizes em defesa dos trabalhadores e igualdade social, portanto relacionado mais à esquerda em uma métrica político-ideológica aceitável.

Recentemente, essa rusga ideológica teve como estopim as manifestações de junho de 2013, que tinham como principal objetivo o protesto contra o aumento do valor das passagens de ônibus – portanto um movimento de cunho social - e que por fim virou um movimento liberal conservador, pois transformado, conseguiu, em 2016, reunir milhões de pessoas pelo país para destituir a presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores. Voltando um pouco na história, outro fato importante que está inserido nessa linha do tempo foram as eleições de 2014. A vitória da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2014, sobre o candidato Aécio Neves (PSDB), por uma diferença de menos de quatro pontos na corrida presidencial – o pleito foi definido por 51,64% a favor da petista, contra 48,36% de votos para o tucano³ -, se reelegendo no comando do poder executivo, mostra como o país estava dividido politicamente, pois essa diferença eleitoral teve como consequência a representação de um país desunido em seus anseios políticos e ideológicos.

Essa característica é um dos grandes entraves que, em vários momentos da história, ajudou a dividir a sociedade brasileira entre pessoas que pensam de forma diferente. E essa polarização ideológica é um fenômeno global.

Oriunda das revoluções burguesas europeias do final do século 18 – principalmente a Revolução francesa (1789) - e mais acentuada, recentemente, com o fim da Segunda Guerra Mundial, onde na Guerra Fria o que se via era o mundo dividido

³ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/>, acessado 10/03/2018.

entre o bloco capitalista e o bloco socialista, representados principalmente por Estados Unidos e União Soviética, foi onde a ideia do mundo dividido entre “esquerda” e “direita” surgiu. Esse fenômeno acaba se acentuando em determinadas épocas históricas, principalmente em tempos de crise.

Para o Brasil, em especial, é um período crucial já que em ano de eleições, as discussões se tornam mais acaloradas, partindo muito mais de uma concepção simbólica, ou seja, daquilo que interpretamos subjetivamente enquanto sujeitos estruturados do que uma lógica racional. Assim, os meios de comunicação têm grande influência nessa batalha cultural, já que representam e difundem visões de mundo e como sujeitos, estão atrelados e possuem suas visões de mundo, partilhando e fomentando certos espectros da ação política. E essa difusão, em muitas vezes, não se dá de maneira explícita, está emaranhada nas relações discursivas entre enunciador e enunciatário – ou, segundo Dominique Maingueneau (2014), co-enunciador -, ou seja, as escolhas (o que dizer), os silêncios (o não dizer) e as seleções lexicais feitas são propositais e imprimem visões de mundo nos textos comunicativos, assim, interpretados de maneira (in) consciente pelos receptores dessa informação.

Afinal, o que são essas nomenclaturas? Como surgiram os termos direita e esquerda? O que eles representam? Quais são os seus significados na atualidade? Como os meios de comunicação representam em seus textos essas ideias? Estas e outras questões parecem ser essenciais para tornar este tema menos problemático. Questões que tentaremos elucidar ao longo do texto, correlacionando-as com a prática midiática.

Direita e esquerda: origens, distinções e transformações

Norberto Bobbio (1998) vai nos dizer que, falar em ideologia é falar dos diferentes sistemas de crenças políticas, conjuntos de ideias e de valores a respeito da ordem pública, tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos.

Direita e Esquerda são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas (BOBBIO, Norberto, p. 31).

Essas direções representam “visões de mundo”, ou seja, aquilo que me faz crer, enquanto sujeito, do que idealizo como sociedade e também aquilo que pode ser transformado politicamente ou que pode ser alcançado, como chegar de “a” a “b”.

Mas afinal, onde surgiram as nomenclaturas direita e esquerda para representarem os limites do pensamento político? Os conceitos e as terminologias sobre “direita” e “esquerda” têm suas raízes na Revolução Francesa, no final do século XVIII (1789). Era a forma como sentavam os membros da Assembleia Nacional, da Assembleia Legislativa e da Convenção Nacional, reuniões entre os representantes políticos franceses para iniciar os trabalhos para a elaboração da primeira constituição francesa. Os representantes que se sentavam à direita do plenário eram grupos identificados com a aristocracia e o conservadorismo. Antagonicamente, os grupos à esquerda deste mesmo plenário tinham visões mais ligada ao igualitarismo, buscando fomentar políticas que visavam uma reforma social. Nesse sentido, direita e esquerda, apesar de etimologicamente representarem uma conotação de espaço, passaram a denotar constituições político-ideológicas distintas.

Para Fernando Scheeffter (2014) existem três grandes formas de visualizar esta questão nos dias atuais: que os sentidos dos termos permanecem desde o seu surgimento, isto é, as definições do que é direita e esquerda permanecem intactas desde a Revolução Francesa; uma segunda vertente, que enxerga que não faz mais sentido a utilização dessas nomenclaturas em dias atuais; e um terceiro viés, de que essas definições sofreram alterações conforme o passar do tempo e que, atualmente, representam algo diferente do que representavam quando surgiram.

Assim, a visão esquerdista do mundo, conforme cunhada no seio da Revolução Francesa, tinha como principal característica a contestação. Ou seja, desafiar o status quo a fim de mexer em estruturas de poder, tentando deixar o mundo mais igual. Já a direita tem um caráter mais conservador, tanto nas questões dos costumes quanto em assuntos políticos, assumindo um caráter mais conformista do que, contrariamente, progressista. Scheeffter afirma:

Representando o primeiro grupo, Sader (1995) afirma que a esquerda representa o conjunto de forças que luta, essencialmente, por transformações que resultem na instauração de uma ordem diferente da capitalista, ou transformações que resultem em uma reformulação substancial da mesma. Mesmo que o teor e o grau das mudanças possam variar de acordo com uma esquerda mais ou menos “radical”, o que está presente em qualquer esquerda é o caráter contestatório assumido. A direita, por outro lado, se refere às forças favoráveis à manutenção da ordem social e política. A direita se preocupa, basicamente, em conservar e não alterar o sistema que está dado (SCHEEFFTER, Fernando, 2014, p. 4).

Antiteticamente, a segunda forma de se pensar a questão prevê o fim ou declínio das ideologias políticas clássicas, ou seja, o fim do pensamento dicotômico entre direita e esquerda. Após a queda do bloco comunista e o fim da União das Repúblicas Soviéticas em 1989, o que se viu foi uma esquerda desorientada em questões teóricas e principalmente no sentido prático, já que o seu grande referencial tinha sucumbido. Dessa forma, alguns autores viram nesse desfecho a derrota de todas as possíveis alternativas políticas à democracia liberal. Essa visão, vista aqui como uma tentativa ideológica, foi vislumbrada com a desaceleração da busca pelos objetivos ideológicos por ambas as partes durante o final da guerra fria, objetivos que visavam sobrepor o capitalismo sobre o socialismo, e vice-versa. Assim, essa forma de visualizar a questão dicotômica procura, segundo Scheeffler:

[...] revigorar a tese de que o capitalismo e a democracia burguesa constituem o coroamento da história da humanidade, ou seja, de que a humanidade teria atingido no final do século XX, o ponto culminante de sua evolução com o triunfo da democracia liberal (SCHEEFFLER, Fernando, 2014, p. 5).

Visão conformista, já que determina que a vitória do bloco capitalista sobre o comunista durante a Guerra Fria representa o ápice civilizatório da humanidade.

Em uma terceira via, uma gama significativa de autores não viu na ascensão capitalista e a derrocada da URSS o fim do pensamento diádico direita-esquerda, pois acreditam que a questão contempla sentidos além da bipolaridade capitalismo-socialismo que orientou toda a ordem política mundial durante décadas. O desfecho da Guerra Fria não trouxe a justiça social e igualdade que grande parcela da população mundial anseia e nesse sentido, é errado dizer que a dicotomia acabou. Com o fim dos regimes socialistas, as vias práticas que possibilitavam a tentativa de implantação desses ideais perderam força.

Um dos autores que mais defende que a dicotomia direita-esquerda não desapareceu, mas demanda alguma atualização, é o italiano Norberto Bobbio (1995). Segundo ele, a diferença entre direita e esquerda continua a vigorar e sugere que o problema seja deslocado e centralizado no conceito de igualdade:

Ele utiliza-se dos conceitos de igualdade (que para a esquerda deve ser priorizada), em detrimento da liberdade (que para a direita deve ser conservada, mantendo-se as desigualdades entre os homens, tidas como naturais). Igualdade e liberdade caracterizam toda a trama de relações práticas e ideais de que é tecido o projeto democrático. O igualitário parte

da convicção de que a maior parte das desigualdades são sociais e enquanto tais elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, por isso, inelimináveis (SCHEEFFER, Fernando, 2014, p. 6).

Assim, o autor atualiza a discussão sobre as ideologias⁴ clássicas e passa a explicar uma nova vertente para enxergar a métrica política. Considerando que as divergências entre os espectros ideológicos ainda existem – e dificilmente deixarão de existir -, Bobbio propõe que, com o avanço histórico, a chegada de novas tecnologias e as profundas transformações socioculturais vigentes, esses espectros merecem conceitos que não simplifiquem a questão:

Esquerda e direita indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contraste não só de ideias, mas também de interesses e valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer. Pode-se naturalmente replicar que os contrastes existem, mas não são mais os do tempo em que nasceu a distinção; modificaram-se tanto que tornaram anacrônicos e inadequados os velhos nomes (BOBBIO, Norberto, P. 33).

Um conceito chave surge para definir essa “nova esquerda” e essa “nova direita”: o papel do Estado na tentativa de diminuição da desigualdade ou em garantir a liberdade individual. Nesse sentido, a esquerda perde o seu caráter radical e revolucionário para se tornar mais conservadora e reformista. Ao tentar garantir o *welfare state* (Estado de bem-estar social), a “nova esquerda” vê na centralidade do Estado o seu principal aliado político-ideológico para diminuir a desigualdade que tanto clama. Assim, a maioria dos social-democratas defendem um Estado grande, includente, com capacidade de atender à necessidade da maior parte da população, enquanto que a “nova direita”, antiteticamente, defende o Estado mínimo, enxuto. Nessa concepção, a dialética capitalismo-socialismo foi ultrapassada, adaptada à realidade da ordem mundial regida pelos preceitos capitalistas.

De um lado, em prol da justiça a "nova esquerda" abandona o objetivo inicial de abolir o capitalismo e, em vez disso, se contenta em reformá-lo ou "humanizá-lo" por meio de um Estado interventor. Por outro, privilegiando a liberdade individual, o neoliberalismo passa a ser a roupagem da "nova direita", que acreditando nas benesses do mercado, defende um Estado mínimo (SCHEEFFER, Fernando, 2014, p. 7).

⁴ Ideologias clássicas referentes às concepções iniciais surgidas na Revolução Francesa, também conhecidas como ideologias anfitriãs.

Bobbio sugere que a dicotomia entre esquerda e direita pode ter sido transformada em outra divisão. “Há quem diga que a velha dupla esquerda-direita foi transformada em outra: progressistas-conservadores” (BOBBIO, Norberto, p. 34).

Segue abaixo uma tentativa de sistematização de algumas diferenças das ideologias clássicas, entre direita e esquerda em cima desse campo de discussão:

Quadro 1 – Distinções relacionadas à temas ligados às ideologias clássicas

Esquerda	Direita
A intervenção econômica deve se dar sempre que se julgar necessário.	O Estado deve se abster de questões econômicas já que o mercado se autorregula como se houvesse uma "mão invisível" (Adam Smith) orientando esse processo.
A pobreza se dá, sobretudo, por desigualdade de oportunidades. Enquanto problema social, pode ser atacado via programas sociais ou superação da ordem no caso de uma esquerda mais radical.	A pobreza em sua essência é tida como falta de esforço. Dessa forma, sempre existirão ricos e pobres, pessoas mais e menos esforçadas.
A criminalidade pode ser explicada, essencialmente, pela inserção em um contexto social que oferece desigualdade de oportunidades.	A criminalidade é fruto de escolha dos indivíduos, ou seja, de responsabilidade individual dos sujeitos envolvidos.
A carga tributária deve ser extensiva para financiar o Estado e oferecer serviços de qualidade para os que precisarem.	Os tributos são maléficos pois sobrecarregam as empresas e desfavorecem o crescimento econômico.
Defesa de uma ampla legislação trabalhista que normatize o mundo do trabalho.	O mercado de trabalho deve ser desregulado visto que o mercado autorregula as relações trabalhistas.
Os serviços, sobretudo aqueles estratégicos, devem ser oferecidos pelo Estado.	Buscando diminuir o tamanho do Estado uma boa estratégia é passar para a iniciativa privada serviços que são estatais (privatização).

Fonte: SCHEEFFER, Fernando, 2014, p. 8.

O quadro acima, mesmo que sucinto, pode gerar uma guia sobre alguns temas relacionados às ideologias clássicas, ou seja, numa dimensão preponderantemente econômica, já que os termos direita e esquerda ganharam força justamente com a pujança industrial do século XX e os pensamentos que esse tipo de força econômica pôde levantar. Assim, as divergências ideológicas entre a contestação do sistema industrial e a

permanência de um *status quo* nas relações econômicas e políticas do mundo moderno atravessam um novo momento no século XXI.

[...] no cerne das mudanças que estamos presenciando está a transição das sociedades industriais para as pós-industriais. Nas sociedades industriais as divisões de classe eram relativamente mais claras, por exemplo, o que contribuía para a estruturação do processo político, sistema partidário, competição entre grupos de interesse e o próprio debate ideológico. Já as sociedades pós-industriais são diferentes em vários aspectos. As questões eminentemente materiais ou de sobrevivência se tornam secundárias para uma proporção cada vez maior da população. Em condições mais prósperas, os indivíduos manifestam maior interesse por questões "pós-materiais". Se fazem presentes temas como igualdade entre os sexos, paz mundial, harmonia racial, proteção ambiental e direitos dos animais (SCHEEFFER, Fernando, 2014, p. 8).

Isso quer dizer que, os interesses humanos, que por boa parte do século XX ficaram atrelados às relações de escassez econômica - em virtude das guerras mundiais e a iminência da eclosão da Guerra Fria, disputada por EUA e URSS -, agora são outros. Assim, as mudanças socioeconômicas significativas que ocorreram ao longo do século tiveram como decorrência uma profunda transição nas prioridades do sujeito e, conseqüentemente, da sociedade. Em síntese, com a segurança material garantida, questões que tendem a maximizar o bem-estar e que transcendem o conceito técnico-econômico começam a surgir, como qualidade de vida, autoestima individual, preservação ambiental, entre outros assuntos de caráter pós-material. É uma transição paradigmática.

Nesse sentido, as divergências entre direita e esquerda assumem novas características pois vão além do mundo material. Surgem temas novos que dão o ar da tônica dicotômica entre os dois modos de pensamento, tais como a liberação maconha, a legalização do aborto, a união legal entre pessoas do mesmo sexo, a questão da preservação ambiental, entre outros tópicos que divergem opiniões e que, de uma forma ou de outra, estão interligadas com as ideologias clássicas. Ou seja, os progressos demandados por parte da sociedade são vistos pelo outro lado como empecilhos que deturpam a ordem e moralidade já estabelecidas e estão interligados com as ideias iniciais de direita e esquerda. Essa diferença ideológica entre progressistas e conservadores dão o tom nesse novo mundo.

Assim, o enfoque que antes era prioritariamente econômico acaba se transformando em cultural. Ideologias clássicas como liberalismo e socialismo, que se

ocupavam dos certames econômicos, dão lugares à novas ideologias tais como o feminismo, o ecologismo, o fundamentalismo religioso, o multiculturalismo, entre outras. Essa troca ultrapassa a dicotomia inicial entre conforto econômico e justiça social pois, valores, crenças e estilos de vida pessoais, aliados à ideia de identidade – vinculação do pessoal ao social – passam a determinar o ideológico social. Assim, “as novas ideologias, diferente das ideologias clássicas, enfatizam fatores como gênero, cultura, etnia. Ganha destaque a "política da diferença" e declina a política da emancipação universal” (SCHEEFFER, Fernando, 2014, p. 11). Nesse sentido, Bresser-Pereira nos ajuda:

A direita é o conjunto de forças políticas que, em um país capitalista e democrático, luta sobretudo por assegurar a ordem, dando prioridade a esse objetivo, enquanto a esquerda reúne aqueles que estão dispostos, até certo ponto, a arriscar a ordem em nome da justiça – ou em nome da justiça e da proteção ambiental, que só na segunda metade do século XX assumiu estatuto de objetivo político fundamental das sociedades modernas. Adicionalmente, a esquerda se caracteriza por atribuir ao Estado papel ativo na redução da injustiça social ou da desigualdade, enquanto a direita, percebendo que o Estado, ao se democratizar, foi saindo do controle, defende um papel do Estado mínimo, limitado à garantia da ordem pública, dando preponderância absoluta para o mercado na coordenação da vida social (BRESSER-PEREIRA 2006, p. 26-27).

Segue um quadro bastante sucinto e geral de como as novas ideologias pensam algumas das contradições democráticas e demandas sociais da atualidade:

Quadro 2 – Distinções relacionadas à temas ligados às novas ideologias

Esquerda	Direita
Descriminalização do aborto.	Aborto ilegal.
Liberação do uso da maconha.	Uso ilegal da maconha.
Legalização da união entre pessoas do mesmo sexo.	Proibição da união matrimonial de duas pessoas do mesmo sexo.
Defesa de ações afirmativas para grupos considerados desprivilegiados.	Ações afirmativas tidas como medidas discriminatórias.
Prioridade para a problemática ambiental.	O uso restrito da natureza impede o crescimento econômico.
Religião menos importante.	Religião mais importante.

Fonte: SCHEEFFER, Fernando, 2014, p. 8.

É claro que essas designações e nomenclaturas não são estáveis, dependem não apenas do contexto político, histórico e sociocultural onde cada nação determina os

limites do que é direita e o que é esquerda numa métrica aceitável, mas também do contexto de gerações, já que, para pessoas de uma idade mais avançada, falar de esquerda e direita pode significar a relação entre Estado interventor e mínimo, ou seja, o Estado como ponto central na discussão. Já para um jovem, essa relação pode simbolizar esses novos temas, como multiculturalismo, feminismo, entre outros. Assim, a métrica esquerda e direita não são consensuais para todos os países. Essa escala ideológica, portanto, é indissociável e pertencente à cultura e história de cada região do globo ou país, caracteristicamente.

As nomenclaturas direita e esquerda são endossadas no Brasil, mas em outros países são mais denominadas, usualmente, a díade entre conservadores e liberais, esse que, semanticamente, representa uma dicotomia no cerne da moralidade e dos costumes. Silva traça um panorama conceitual sobre a evolução teórica que certos pensadores definiram sobre os termos:

“Hayek (1999), em uma tentativa de sintetizar as classificações de liberais x socialistas e de conservadores x liberais, propõe que não haja um eixo, mas um triângulo no qual ele situa os liberais em uma das pontas, os conservadores na outra e os socialistas na restante, combinando posições econômicas e valores no mesmo diagrama. Giddens (1996) também faz um esforço sintetizante, de modo a demonstrar a emergência de uma terceira via que articula atributos da esquerda e da direita. Bobbio (2001) posiciona-se no sentido de que a tensão entre esquerda e direita permanece viva e que o fundamento da diferença entre as concepções é a noção que cada uma das tendências tem de igualdade e de desigualdade” (SILVA, Gustavo Jorge, p. 151).

Ainda de acordo com o autor, essas linhas ideológicas, no Brasil, consistem em conhecimentos intuitivos, ou seja, tal filiação ideológica não tem um significado próprio, constitui mais um sentimento subjetivo, uma concepção simbólica estruturada.

Ideologia e efeitos de evidência

As abordagens teóricas que já tentaram dissecar ideologia são, para falar o mínimo, diversas. A definição de ideologia também já foi um tanto quanto aprofundada por diversos autores ao longo da história. Alguns preceitos básicos desses aprofundamentos é que “ideologia se refere muito mais que atitudes e crenças, ela consegue moldar o nosso conhecimento do que existe, do que é bom e do que é possível” (THERBORN, 1980, p. 18). Outro aspecto é que ela envolve entendimentos que são

raramente questionados. Também podemos dizer que, “por moldar nossa visão de mundo, a ideologia pode também influenciar nos nossos comportamentos” (MILLER, 2001, p.67).

O conceito originário de ideologia dentro da perspectiva marxista é “a expressão da relação entre as formas invertidas da consciência e da existência material dos homens, ou seja, haveria uma distorção do pensamento, cuja origem se daria em função das contradições sociais” (PANTONI; TFOUNI, 2004). Mas essa formulação foi sofrendo alterações ao longo do tempo, principalmente pelos autores considerados marxistas.

Um dos principais autores que fizeram releituras dos escritos de Karl Marx foi o francês Louis Althusser (1980). Segundo ele, podemos distinguir duas visões para o tópico: “uma teoria da ideologia geral, na qual a função da ideologia é assegurar a coesão na sociedade, da teoria das ideologias específicas, na qual a função geral já mencionada é sobredeterminada pela nova função de assegurar a dominação de uma classe” (ALTHUSSER, 1980, p. 186).

Assim, concebendo o conceito de Marx sob a concepção da Análise de Discurso francesa, Althusser define ideologia como “uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1980, p. 77), na medida em que ela interpela os sujeitos nas suas relações de produção, tanto econômica quanto cultural. Isso quer dizer que o sujeito vê o mundo de tal forma, pois as condições em que esse sujeito existe determinam sua visão, colaborando com a representação de que ele tem do mundo. Seria através da ideologia que o ser humano representa o mundo para si e para os outros. Portanto o mundo nunca é como ele existe, ele é representado e como tal, é marcado pela intervenção humana através da linguagem. Isso significa que, o sujeito se sente capaz de mostrar o mundo de maneira fiel e verdadeira, mas o representa, de fato, ideologicamente. Nesse caso, é a ideologia que interpela o indivíduo, o transformando em sujeito, pois o indivíduo é transformado ou sujeitado à sua ideologia.

O que determina a filiação ideológica do sujeito são as estruturas e instituições que permeiam a vida do indivíduo. Essa filiação ideológica, de acordo com os pós-estruturalistas, também é parte estrutural do que somos constituídos enquanto seres simbólicos. Certas estruturas acabam por estruturar os sujeitos em suas trajetórias de vida, estruturas essas que condicionam o sujeito a interpretar os fenômenos de uma maneira

em detrimento de outra. Essas estruturas são a família, a igreja, a escola, os círculos sociais e, entre outras proposições de estrutura, a mídia, entre outras. “O significado é uma construção ativa, radicalmente dependente da pragmática do contexto, questionando, portanto, a suposta universalidade das chamadas "asserções de verdade"” (PETERS, 2000, p. 32).

Logo, definimos a operação da ideologia em termos da constituição da subjetividade humana. Assim, ao procurar pela estrutura do universo ideológico, deve-se procurar as dimensões da subjetividade humana.

Representações político-ideológicas nos meios de comunicação

Os meios de comunicação permeiam a vida do ser humano, principalmente a vida urbana. Pode-se dizer que sua ubiquidade é fator intrínseco à vida moderna: a mídia exerce influência em praticamente todos os níveis e instâncias socioculturais, tendo a capacidade de invadir todos os espaços e atingir a todos através de seu poder de difusão simbólico. Essa onipresença da mídia alterou e continua a alterar o caráter sociocultural, “assim, as questões tradicionais sobre o uso e os efeitos dos meios de comunicação precisam levar em consideração as circunstâncias nas quais a cultura e a sociedade passaram a ser midiaticizadas” (HJARVARD, 2008, p. 55)

Para Stuart Hall (1997, p. 31), a “representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas”. Nesse sentido, a representação é dada através da linguagem, pois é somente através dela que podemos comunicar o mundo, ela é a mediadora entre o ser humano e a realidade.

A linguagem nada mais é do que a atividade exercida entre falantes, aquele que fala/aquele que ouve e aquele que escreve/aquele que lê, portanto, dedutivamente, podemos afirmar que a linguagem é uma atividade exclusiva do ser humano, pois somente ele é dotado da capacidade de se expressar através da linguagem verbal, ela é a mediadora entre ele e a realidade. Isso posto, é correto afirmar que não existe verdade absoluta e que essa só existe no universo natural, pois ao utilizar a linguagem para explicar a sua existência, o ser humano acaba por enviesar e recortar a realidade, significando-a dentro de fatores variados de construção, criando representações, nunca conseguindo atingir a sua neutralidade plena, assim como nos afirma Elizabeth Gonçalves:

Estudar comunicação e linguagem como processos estritamente relacionados significa assumir posições críticas nestes dois campos, considerando a não neutralidade da linguagem e o poder que o ser exerce no processo de comunicação. O indivíduo, em posse da linguagem e fazendo uso dela, pode atuar para transformar a sociedade ou para perpetuar determinadas posições, mas sempre se mostrando pelas escolhas que faz ao se comunicar, produzindo significados e realidade, mais próximas ou mais distantes do universo natural (GONÇALVES, p.14, 2007).

Partindo desses pressupostos, toda mensagem recebida é apenas uma das variadas formas de serem elaboradas pelo locutor, isso é, existe sempre uma intenção ao se comunicar, comprovando assim que não existe discurso ideologicamente neutro. O locutor pode escolher dizer de uma determinada forma, dizer algo em detrimento de outra coisa, ou/e ainda escolher o que dizer e deixar de dizer. Eliseo Verón (2005) argumenta que o ideológico, na linguagem, é produzido como desvio, como diferença interdiscursiva. As operações são lexicais, sintáticas e semânticas, ou seja, ao comunicarmos-nos fazemos escolhas entre as palavras para gerar sentido com um objetivo. Para Verón:

[...] ideológico designa, portanto, não um objeto, não um conjunto identificável de “coisas” (que chamamos de ideias, opiniões ou doutrinas), mas uma dimensão de análise do funcionamento social, isso é, cada vez que uma produção significativa (quaisquer que sejam suas matérias significantes em jogo) é considerada em suas relações com os mecanismos de base do funcionamento social enquanto condições de produção de sentido. Em outras palavras, ideológico é o nome do sistema de relações entre discurso e suas condições sociais de produção (VERÓN, Eliseo, 2005, p. 56).

É nesse sentido onde encontramos as pistas e marcas que os meios de comunicação, ao se comunicarem, deixam em seus discursos. No sentido da díade direita e esquerda, isso fica bem evidente, principalmente quando o tema é político, econômico e, nos dias de hoje, cultural. Ou seja, é através da análise discursiva que podemos encontrar, em produtos comunicacionais, os indícios que nos levam a remeter que tal discurso pode ser caracterizado, dentro dos conceitos entre esquerda e direita explanados nesse artigo, como caracterizado como sendo de esquerda ou de direita.

Essas operações são de ordem semântica, sintática e lexical e exprimem não apenas a ideologia inscrita na enunciação, mas demonstram principalmente a relação entre a representação que o meio de comunicação faz ao comunicar e o mundo que está sendo representado. Assim, o enunciador se mostra pelas opções que faz ao enunciar,

tornado o discurso ideológico pois, na análise discursiva, “a ideologia não é ‘x’ mas o processo de produzir ‘x’” (ORLANDI, 1995, p. 09).

Considerações Finais

Ao fazer toda essa trajetória conceitual acerca das ideologias políticas, podemos afirmar que ela serve como subsídio não apenas teórico de análise, mas também como força metodológica, já que conseguimos, junto a um embasamento teórico e o que autores já pensaram sobre o tema proposto, explicar conceitos referentes à dicotomia entre esquerda e direita e também como se dão as suas representações nos meios de comunicação, de forma discursiva, através das engrenagens da linguagem. Nesse sentido, a evolução do que é possível pensar sobre essa divergência política, as suas origens e como essas nomenclaturas foram se transformando ao longo do tempo, serviram para a tentativa de propor uma nova reflexão acerca do assunto, misturando-a com as propostas da análise de discurso.

Assim, o objetivo deste artigo era sugerir um viés de pesquisa, explanar alguns conceitos referentes à comunicação social e elucidar questões de cunho epistêmico, além de propor abordagens teóricas condizentes a respeito das ideologias políticas.

Sendo este um artigo de revisão bibliográfica, não se faz aqui necessário colher resultados, aplicar métodos e muito menos chegar a vereditos. Nesse caso, as elucidações feitas sobre as ideologias políticas e seus entrelaçamentos com a mídia servem de base para futuras pesquisas em cima da mesma temática, cuja a importância da discussão segue vital para o país e os tempos em que estamos situados.

Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 3ª edição. Lisboa, Portugal. Editorial Presença/Martins Fontes. 1980.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo: Lua Nova, n. 39, 1997.

GONÇALVES, Elizabeth. Comunicação e linguagem: a construção dos discursos nas organizações contemporâneas. In: GALINDO, Daniel. **Comunicação institucional:**

expansões conceituais e imbricações temáticas. São Bernardo do Campo: UMESP, 2012. p.13-29.

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (org.) **Representation. Cultural representation and cultural signifying practices**. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

HJARVARD, Stig. **Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural**. Matrizes, vol. 5, núm. 2, enero-junio, 2012, pp. 53-91. Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Maria Cecília P. de Souza e Silva, Décio Rocha - 5ed. ampl. - São Paulo: Cortez, 2013.

MILLER, Katherine. **Communication Theories - perspectives, process and contexts**. New York: Megraw Hill, 2001.

ORLANDI, E. P. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Texto não publicado. 1995.

PANTONI, Rosa Virgínia; TFOUNI, Leda Verdiani. **Sobre a ideologia e o efeito de evidência na teoria da análise do discurso francesa**. Anais. Havana, CUBA. II Conferência Internacional “La Obra de Carlos Marx y los desafios del siglo XXI”, 2000.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horiznote, MG: Autêntica, 2000.

SCHEEFFER, Fernando. **Esquerda e direita: velhos e novos temas**. Caxambu, MG. 38º Encontro Anual da Anpocs, 2014.

SILVA, Gustavo Jorge. **Conceituações Teóricas: Esquerda e Direita**. Humanidades em Diálogo (Impresso), v. VI, p. 149-162, 2014.

THERBORN, Goran. **The ideology of power and the power of ideology**. Londres: Verso, 1980.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2004.